

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.411.452 - MS (2018/0323074-9)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : SUELY APARECIDA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AGRAVADO : BRADESCO SEGUROS S/A
ADVOGADOS : RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA E OUTRO(S) - MS005871
GAYA LEHN SCHNEIDER PAULINO - MS010766

DECISÃO

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - SENTENÇA QUE ACOLHEU OS EMBARGOS E RECONHECEU A OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO - PEDIDO ADMINISTRATIVO SOMENTE INTERROMPE A PRESCRIÇÃO QUANDO FORMULADO ANTES DA FLUÊNCIA DO PRAZO PRESCRICIONAL ANUO - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Alegou-se, no especial, violação dos artigos 1.022 do Código de Processo Civil, 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, 3º, II e III, 198, I, e 206, § 1º, II, do Código Civil sob o argumento de que o acórdão local é omissos e que não corria a prescrição na hipótese dos autos, haja vista a enfermidade que acometia a recorrente.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Não é omissos e nem carece de fundamentação a decisão judicial que, embora decida em sentido contrário aos interesses da parte, examina suficientemente as questões que lhe foram propostas adotando entendimento que ao órgão julgador parecia adequado à solução da controvérsia.

Assim:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REGULAR PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INÉPCIA DA INICIAL. HONORÁRIOS. COMPENSAÇÃO.

1. Ausência de violação dos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil, pois, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada.
2. Inviabilidade de acolher a alegação de inépcia da inicial, pois a convicção formada pela Corte local decorreu dos elementos existentes nos autos, os quais não são possíveis de ser reexaminados nesta via especial. Incidência da Súmula 7/STJ.
3. Fixada a compensação de honorários na vigência do CPC/1973, deve ser mantida já que acolhida até então pelo ordenamento jurídico, conforme elucidado no enunciado da Súmula n. 306/STJ, tendo em vista que a sucumbência é regida pela lei vigente à data da deliberação que a impõe ou modifica.
4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1131853/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 8/2/2018, DJe 16/2/2018)

A alegação, outrossim, de que a prescrição não teve curso na hipótese dos autos, em virtude do estado de enfermidade em que encontrava a recorrente, não foi examinada pelo Tribunal local e nem a tanto fora provocado, porquanto a questão não fez sequer parte dos embargos de declaração opostos, o que se diz o mesmo em relação à questão disposta no artigo 6º, VIII, do CDC.

Inafastável, pois, a incidência dos enunciados n. 282 e 356 da Súmula do Supremo Tribunal Federal e 211 desta Corte.

Quanto ao mais, o pedido administrativo à seguradora suspende, de fato, a prescrição, a qual torna a correr com a resposta negativa da seguradora, para o ajuizamento da ação.

No caso dos autos, todavia, o Tribunal local consignou que, "para que o prazo prescricional seja interrompido pelo pedido de pagamento na via administrativa, há necessidade de que este ato seja realizado antes de expirar o prazo prescricional, o que não aconteceu no caso em tela" (e-STJ, fl. 136).

Se o prazo prescricional já transcorreu não há, de fato, o que suspender, o

que torna incompreensível a questão, a atrair a incidência do verbete n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Diante do exposto, nego provimento ao recurso. Nos termos do artigo 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

